

GUSTAVO PAUL e CIDA FONTES

'Uma das virtudes da nossa vitória é o debate'

O Estado de São Paulo, 27 de abril de 2003.

BRASÍLIA - O líder do governo no Senado e no Congresso, Aloizio Mercadante (PT-SP), terminou a semana no centro de uma polêmica com o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, ao defender a proposta de que o governo segure a cotação do dólar. Mercadante garante que não há divergências com a equipe econômica, que considera a idéia uma heresia. E sugere que o que diz em público, Palocci já conhecia em particular.

Protegido contra mau olhado por pimentas, alho, folhas de louro, sementes e sal grosso - um arranjo de mesa dado pelo apresentador Luciano Huck -, o senador diz que o debate público, mesmo entre integrantes do governo, é fundamental e a prova disso é a vitória do PT nas últimas eleições. "Uma das virtudes da nossa história política é o debate. Nós fomos assim, somos assim e assim chegamos aonde estamos", afirmou em entrevista ao Estado.

Para justificar a oposição do PT à aprovação da reforma previdenciária no governo passado, Mercadante diz que não havia transparência dos dados nem aprofundamento da discussão. Os servidores públicos, reconhece, têm tratamento privilegiado. Uma parcela dos inativos, admite, "não fazia parte das carreiras de Estado, não prestou concurso público, não contribuiu com o sistema e recebeu todos os benefícios".

Apesar das dificuldades na base governista, o líder garante que a reforma da Previdência será aprovada. "O PT não está contra as reformas. Temos certeza de que a bancada não faltará ao governo, sobretudo pela urgência e necessidade de avançar." A seguir, os principais trechos da entrevista:

Estado - Semana passada, o sr. propôs que o governo evite a queda acentuada do dólar, mas Palocci o contestou dizendo que o câmbio é flutuante e que não haverá intervenção. Afinal, há divergências dentro do governo?

Aloizio Mercadante - Ulysses Guimarães tinha uma frase que dizia que no parlamento até a divergência tem de ser combinada. Se vale para o parlamento, vale sobretudo para a relação entre a base do governo e o governo nas questões fundamentais.

Estado - Isso quer dizer que não existe divergência entre o sr. e o ministro?

Mercadante - Esse é um governo democrático e transparente. É saudável que haja discussões em que as pessoas ouçam o que cada um diz. O governo tem rumo e parâmetros fundamentais, tem um grande consenso e coesão. Palocci tem meu integral apoio como ministro. Não só meu, mas do País nesse momento. E terá apoio meu durante todo o processo. Ele sabe disso. O governo sabe. O que posso fazer na condição de líder é sustentar diariamente o governo, a política econômica e os debates que temos feito.

Estado - E a intervenção no câmbio que o sr. defende?

Mercadante - O Palocci reafirmou uma coisa fundamental, que o câmbio é flutuante. Sempre defendemos isso e criticamos duramente a política de âncora cambial. O câmbio hoje é flutuante, mas o BC tem instrumentos para monitorar esse processo e contribuir para reverter tendências precipitadas ou irracionais do mercado no comportamento de manada, que sempre ocorre. Mas a preocupação do BC com a inflação deve ser sustentável. O mais importante é que o câmbio se aprecie de forma sustentável e não podemos perder a chave desse processo, que foi o crescimento do superávit comercial e sua consistência.

Estado - As queixas públicas dos ministros da Educação e da Cultura em relação à falta de verbas não preocupam?

Mercadante - Uma das virtudes da nossa história política é o debate. Nós fomos assim, somos assim e assim chegamos aonde estamos.

Estado - Mas quando se é governo existem limites para as divergências públicas?

Mercadante - O líder do governo não é um Jean Manzon (fotógrafo francês, morto em São Paulo em 1990, aos 75 anos, conhecido por retratar os eventos oficiais do governo brasileiro e mostrar uma imagem idealizada do País) nem o Diário Oficial. O líder é um instrumento de defesa e de sustentação do governo. O ministro da Educação tem de valorizar a educação, num País que tem 2 milhões de analfabetos, que tem os piores índices educacionais da América Latina. O que ele está dizendo é que precisamos pôr a educação como um problema não só do governo federal, mas dos Estados, municípios, dos empresários, da família. A cultura também está na pauta. Há um esforço dos ministros para se ter uma agenda diferente, daquela do mercado financeiro.

Estado - O presidente disse ao ministro da Educação que parasse de reclamar pois "o apressado come cru". Como o Plano Plurianual, que vai definir as diretrizes de governo, só ficará pronto em agosto, o choro dos ministros vai continuar?

Mercadante - O cobertor é curto e os lobbies empresariais são eficientes e poderosos. Qual é o lobby dos analfabetos, do ensino

público, das crianças pobres? Qual é o lobby da poesia e da música na definição das políticas públicas? Nossos parlamentares e ministros têm um compromisso com uma agenda pública. A disputa do orçamento é fundamental na democracia. É muito melhor estar discutindo educação, cultura, investimentos em infra-estrutura e desenvolvimento do que continuar com aqueles corredores escuros dos poderes e dos palácios, onde os lobbies privados e poderosos criaram um Estado patrimonialista, privatizado, incapaz de atender as demandas sociais.

Estado - Por que as críticas feitas pela economista Maria da Conceição Tavares ao secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, chamando-o de débil mental e semi-analfabeto, não foram desautorizadas pelo próprio governo?

Mercadante - Olhando as contribuições e a produção intelectual da professora Maria da Conceição Tavares, diria que ela só contribuiu para elevar o nível de discussão do País. A veemência dela é sua força e fragilidade. Ela é assim. Do mesmo jeito que é agressiva e veemente, ela é carinhosa. Conceição é a Conceição e vamos deixar isso de lado. Aos 74 anos de idade, e por tudo o que ela já fez pelo País, deixem-na em paz.

Estado - O que o sr. acha da discussão entre focar as políticas sociais nos mais pobres ou manter a universalização?

Mercadante - Nossa visão de cidadania é dar a oportunidade de acesso a alguns serviços que são essenciais para a vida e para ter oportunidade. Como, por exemplo, entrar numa escola para aprender a ler e escrever, tendo um instrumento que é o passaporte para o mercado de trabalho. Dessa visão de cidadania, jamais vamos abdicar. Nascemos lutando por isso e vamos continuar lutando. Queremos aperfeiçoar os programas sociais universais que dão direito à cidadania. No entanto, chegamos a um estágio de exclusão social de tal magnitude que, mesmo dando a escola pública de qualidade, material escolar, uniforme, sala de aula e professora para uma parcela de nosso povo, o filho não irá para a escola. Então, você precisa de políticas públicas de inclusão social.

Estado - É possível unir universalização com focalização social?

Mercadante - Essas políticas de inclusão social dão consistência e ampliam as políticas sociais universais. Hoje há programas superpostos, desperdício de recursos, cadastros inaceitáveis. Por exemplo, o cadastro do programa Bolsa-Alimentação é bom. Foi feito no Ministério da Saúde pelo SUS. São 175 mil famílias. Um mau exemplo é o cadastro da Bolsa-Renda, feito na véspera da eleição, em setembro, com 260 mil famílias.

E, em novembro, era de um milhão e 280 mil famílias, sem nenhum critério. Marcado por um interesse eleitoral, imediatista e fisiológico.

Estado - Com as reformas chegando ao Congresso, como enfrentar as dificuldades com a base aliada?

Mercadante - Há uma grande consciência no País, de todas as forças políticas e representativas da sociedade civil, que as reformas tributária e previdenciária são inadiáveis, indispensáveis e essenciais. Já foram aprovadas no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que é muito representativo. Elas foram consensuadas por 27 governadores e pelo governo federal. No entanto, existem pontos mais sensíveis e polêmicos.

Estado - Mas dá para compensar os Estados do Nordeste?

Mercadante - Temos de discutir o papel dos fundos constitucionais. Da Constituição para cá, foram R\$ 45 bilhões repassados. Para onde foram esses recursos? Como é que a gente vai melhorar a qualidade dos investimentos? Nós temos o BNDES, a Caixa e o Banco do Brasil que são instrumentos de financiamentos. Temos o Orçamento da União para discutir políticas de desenvolvimento regional. Então, temos de recolocar na agenda o desenvolvimento regional de forma compatível e associado à reforma tributária, mas não reduzir o problema à reforma.

Estado - E a reforma previdenciária?

Mercadante - É um debate essencial. A questão central é a justiça social e deixa claro que todos os direitos adquiridos serão preservados. Esse regime se desequilibrou à medida que a Constituição de 1988 pegou os celetistas, transformou em estáveis e deu direito ao sujeito de se aposentar pelo salário integral. No serviço público, você diminuiu os recursos, o que significa deterioração dos salários, degradação da qualidade do trabalho, desmotivação profissional e falta de capacidade de atender às demandas públicas. De outro lado, você mais do que dobra os gastos com inativos e pensionistas. É fundamentalmente uma população que não fazia parte das carreiras de Estado, não prestou concurso ou contribuiu com o sistema e recebeu todos os benefícios.

Estado - Essa realidade já existia e mesmo assim o PT ajudou a inviabilizar a reforma da Previdência Social no governo passado.

Mercadante - Não tínhamos todos os dados daquele período. Nunca houve transparência nem o aprofundamento da discussão que estamos fazendo. Mas tínhamos projetos nessa área. O deputado Eduardo Jorge, do PT, fez o primeiro projeto de reforma da Previdência que propunha o regime único e universal sem qualquer privilégio. E foi o PT que lutou para acabar com as aposentadorias especiais dos parlamentares.

Estado - Mas na Câmara, o PT continua contra a reforma e os aliados não se entendem sobre a cobrança dos inativos.

Mercadante - Não, o PT não está contra a reforma da Previdência. Há debates sobre qual o melhor caminho. Este é um debate que tem de ser feito com transparência, qualidade, pelo convencimento.

Estado - O governo conseguirá convencer seus parlamentares a aprovarem tudo que será enviado ao Congresso?

Mercadante - Tenho absoluta certeza que teremos um apoio muito amplo para aprovar as reformas tributária e previdenciária. Tem alguns pontos mais sensíveis que serão objeto de debate. As pessoas querem argumentos, querem dados. Nos 22 anos de partido, em todas as votações muito delicadas, só em três momentos o PT não teve unidade: no colégio eleitoral, numa votação sobre aborto, e na CPMF. Temos uma longa discussão sobre liberdade de opinião: o direito legítimo de o parlamentar divergir e prestar contas à sua base. E ele sabe que para estar num partido como o nosso, a disciplina partidária é um valor essencial. Votaremos como bancada e temos a certeza de que a bancada não faltará ao governo, sobretudo pela urgência e a necessidade de avançarmos nas reformas.

Estado - Em relação ao PMDB, a demora em fechar um acordo significa receio de ser acusado de continuísmo?

Mercadante - O governo precisa do PMDB e a aprovação das reformas precisa do PMDB. A nossa relação com o partido é antiga. Alguns governadores foram eleitos com apoio do Lula, que teve um papel decisivo. E houve um salto de qualidade visível e representativo na relação com o PMDB. Quando as eleições acabaram, era um partido fragmentado, era muito difícil a negociação. O governo não buscou aprofundar as diferenças e respeitou o PMDB como partido. O PMDB tem dado demonstrações de apoio ao governo. Agora, cabe ao presidente a oportunidade para consolidar a participação do PMDB no governo.

Questões para debate Virtual:

- 1) O que é ser cidadão?
 - Ser cidadão é, meramente, possuir um “status legal” que nos concede o “direito de ter direitos”?
 - Ser cidadão é deter a titularidade de direitos ou de deveres cívicos?
 - Cidadania é simplesmente um conjunto de direitos no qual nós – cidadãos – integramo-nos de forma passiva?
- 2) Tomando como foco a ação política do indivíduo, como a cidadania pode ser compreendida dentro da temática da identidade cultural - o “pertencimento” a uma comunidade?

- 3) Como se dá o debate democrático na sociedade brasileira?
 - 4) Como é possível construir um governo democrático e transparente?
- O que é liberdade?